

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Prezados clientes e acionistas: A Diretoria das demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do relatório de informações e esclarecimentos eventualmente necessários. Rio de Janeiro, 30/03/2016. A Diretoria.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A., em cumprimento às disposições da legislação societária e normas pertinentes, submeteu à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do relatório de informações e esclarecimentos eventualmente necessários. Rio de Janeiro, 30/03/2016. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais 31/12/2015 e 2014 (Valores em MR\$)		
	2015	2014
Ativo	137.617	111.342
Ativo circulante	133.353	107.726
Disponibilidades (Nota 4)	405	273
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.594	2.601
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5)	15.594	2.601
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	14.599	35.751
Carteira própria	6.417	27.246
Vinculados à prestação de garantias	8.182	8.505
Outros créditos (Nota 7)	102.475	68.784
Rendas a receber	3.231	3.178
Negociação e intermediação de valores	81.483	58.711
Diversos	17.772	6.900
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(11)	(5)
Outros valores e bens	280	317
Não circulante	4.264	3.616
Permanente	4.264	3.616
Imobilizado de uso (Nota 8)	1.433	1.616
Intangível (Nota 9)	2.831	2.000
Passivo e patrimônio líquido	137.617	111.342
Circulante	121.811	81.436
Outras obrigações (Nota 10)	121.811	81.436
Sociais e estatutárias	1.028	872
Fiscais e previdenciárias	1.279	1.435
Negociação e intermediação de valores	98.621	75.761
Diversos	19.146	1.864
Parcelamento IRPJ e CSLL	887	799
Provisão para passivos contingentes (Nota 15b)	850	705
Exigível a longo prazo (Nota 10)	1.627	2.263
Outras obrigações	1.627	2.263
Parcelamento IRPJ e CSLL	1.627	2.263
Patrimônio líquido (Nota 11)	14.179	27.643
Capital social	40.039	40.039
Redução de capital em aprovação	(15.039)	-
Prejuízos acumulados	(10.821)	(12.396)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2015 e 2014 (Valores em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Corretora") tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro. Em 3/05/2012, os acionistas do Grupo Geração Futuro assinaram contrato de venda do controle acionário da Geração Participações S.A., de Geração Futuro Corretora de Valores S.A. e da Geração Futuro Gestão de Recursos S.A. para o Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 5/03/2014. Em ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 6/03/2014, foram deliberados os seguintes itens: (i) aprovar e ratificar a nomeação e contratação, efetuada pelos administradores do Banco da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio da Geração Participações S.A. ("Incorporada"); (ii) aprovar o Protocolo e Justificação da operação de incorporação da Incorporada pela Corretora; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação contábil; (iv) aprovar a incorporação reversa da Incorporada pela Corretora; (v) aprovar a alteração do art. 5º do Estatuto social da Corretora em função do aumento de capital. Os ativos e passivos incorporados estão demonstrados abaixo:

Ativo	25.054
Disponibilidades	1
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24.833
Outros créditos	220
Passivo	15
Outras obrigações	15
Patrimônio líquido	25.039

Os itens acima foram homologados pelo Banco Central do Brasil conforme Ofício 15953/2014-BCB/Deorfi/GTRJA de 6/10/2014. **2. Apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, a mercado de instrumentos financeiros, fair value de títulos e valores mobiliários, provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **3. Sumário das principais práticas contábeis.** a) **Auração do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. b) **Segregação de curto e longo prazo.** Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. c) **Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Corretora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez.** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.** Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8/11/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados nas seguintes categorias: I. **Títulos para negociação.** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida ao resultado do período. II. **Títulos mantidos até o vencimento.** Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período. III. **Títulos disponíveis para venda.** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada "ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos", líquidos dos efeitos tributários. f) **Negociação e intermediação de valores.** Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. g) **Imobilizado de uso/intangível.** Ativo Imobilizado: correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora, inclusive os decorrentes de operações que transferem à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens. O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada com base na vida útil do bem, geralmente 10 anos para móveis, calculado pelo método linear às taxas de 10% a.a., e para os demais itens a 5 anos, sendo calculado a 20% a.a. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. h) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment).** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas. i) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. j) **Demais ativos e passivos.** São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. k) **Provisão para imposto de renda e contribuição social.** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre). A contribuição social foi calculada até agosto de 2015 sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15% conforme Lei 11.727/08 em 23/06/2008. Foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.169, de 6/10/2015 majorando a Contribuição Social para 20% a partir/09/2015. A majoração será válida até 31/12/2018. l) **Lucro líquido/prejuízo por ação.** Lucro líquido/prejuízo por ação - Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa.** Foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Balancos Patrimoniais 31/12/2015 e 2014 (Valores em MR\$)		
	2015	2014
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	405	273
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	8.104	2.601
Total caixa e equivalentes de caixa	8.509	2.874

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue: Posição bancada - vencimento até 90 dias

Balancos Patrimoniais 31/12/2015 e 2014 (Valores em MR\$)		
	2015	2014
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.104	2.601
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	8.104	2.601
Posição bancada - vencimento até 360 dias	7.490	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.490	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	7.490	-

No exercício findo em 31/12/2015, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$2.710 (R\$925 em 2014). **6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.** Em 31/12/2015 e 2014, a

Demonstrações do Resultado Exercícios Fíndos em 31/12/15 e 2014 e Semestre Findo em 31/12/15 (Valores em MR\$, exceto o lucro/prejuízo) por ação			
	2015		2014
	Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira	4.244	7.355	4.450
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.101	2.710	925
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos (Nota 6)	2.143	4.645	3.525
Resultado bruto da intermediação financeira	4.244	7.355	4.450
Outras receitas e despesas operacionais	(3.032)	(3.634)	(6.798)
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	24.699	52.524	59.438
Despesas de pessoal	(10.287)	(19.885)	(20.853)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(15.096)	(31.491)	(39.385)
Despesas tributárias (Nota 14)	(2.137)	(4.401)	(4.787)
Outras receitas operacionais	422	865	827
Outras despesas operacionais	(633)	(1.246)	(2.038)
Resultado operacional	1.212	3.721	(2.348)
Resultado não operacional	62	92	(626)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.274	3.813	(2.974)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	(441)	(1.153)	-
Provisão para imposto de renda	(234)	(674)	-
Provisão para contribuição social	(207)	(479)	-
Participações nos resultados	(1.028)	(1.085)	(872)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	(195)	1.575	(3.846)
Quantidade de ações no final do semestre/exercício	25.133.542	25.133.542	40.253.638
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R\$	(0,01)	0,06	(0,10)

carteira de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estava assim composta:

	Sem Venci-	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado
Carteira própria (livres)	6.417	1.012	131	5.274
Títulos de Renda Fixa (livres)	5.405	-	131	5.274
Títulos públicos federais	5.176	-	-	5.176
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.176	-	-	5.176
Títulos privados	229	-	131	98
Certificado de depósito bancário - CDB	43	-	11	32
Letras de crédito Imobiliários - LCI	-	-	-	43
Letras de crédito do agronegócio - LCA	186	-	120	66
Fundo de investimento	1.012	1.012	-	-
GF Performance Genial FIC FIM	1.012	1.012	-	-
Vinculados à prestação de garantias	8.182	-	-	8.182
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.182	-	-	8.182
Total	14.599	1.012	131	13.456

No exercício findo em 31/12/2015, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$4.645 (R\$3.525 em 2014). O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F Bovespa, CETIP e SELIC. Em 31/12/2015 e 2014 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **7. Outros créditos.** a) **Rendas a receber.** Em 31/12/2015, a Corretora possuía registrado como "rendas a receber" o montante de R\$3.231 (R\$3.178 em 2014) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos totalizaram R\$28.911 (R\$31.370 em 2014). b) **Negociação e intermediação de valores.** Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$81.483 (R\$58.711 em 2014).

	2015	2014
c) Diversos	1.453	1.519
Imposto de renda a compensar	15.192	-
Valores a receber de sociedades ligadas (ii)	561	4.641
Devedores diversos - país (i)	566	740
Outros créditos diversos	17.772	6.900
Subtotal	(11)	(5)
(-) Provisão para outros créditos	17.761	6.895
Total	15.192	12.441

(i) Em 2015, o saldo dessa rubrica refere-se a custos transitórios incorridos a receber de Fundos de investimentos. O saldo de R\$4.641 em 2014 refere-se ao montante recebido em 08/01/2015, dos antigos acionistas, em função de a Corretora ter figurado no pólo passivo de um Processo Administrativo Sancionador imputado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº RJ 2013/1205) no período em que era controlada pelos mesmos. Através da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a Corretora realizou o pagamento do referido processo em 30/09/2014 e, como previsto no Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças celebrado em 30/04/2012, entre os antigos acionistas do Grupo Geração Futuro e o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a responsabilidade pelo pagamento da mencionada contingência era integral dos antigos acionistas. (ii) Os valores a receber de sociedades ligadas referem-se basicamente a transferência de recursos em função da redução de capital, descrita na nota 11, no valor de 15.039 e outros valores a liquidar entre empresas do grupo, no valor de R\$153.

8. Imobilizado. Durante o exercício findo em 31/12/2015, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Movimentação		
	Taxa 31/12/14	Saldo Aquisições	Bal-Depre-xas ciação
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.143	178 (36)
(-) depreciação acumulada		(1.442)	33 (214)
Sistema de comunicações - Equipamentos	10%	820	-
(-) depreciação acumulada		(578)	-
Sistema de processamento de dados	20%	2.770	140 (154)
(-) depreciação acumulada		(2.097)	154 (232)
Total		1.616	318 (3)

9. Intangível. Durante o exercício findo em 31/12/2015, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Movimentação		
	Taxa 31/12/14	Saldo Aquisições	Bal- Amortiza-xas ção
Software	20%	1.736	1.011
(-) amortização acumulada		(1.301)	-
Benefitorias em imóveis de terceiros (i)		1.746	553
(-) amortização acumulada		(181)	-
Total		2.000	1.564

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel.

10. Outras obrigações. a) **Sociais e estatutárias**

	2015	2014
Gratificações e participações a pagar (empregados)	1.028	872
	1.028	872

b) **Fiscais e previdenciárias**

	2015	2014
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	144	-
Impostos e contribuições sobre salários	600	934
Outros	535	501
	1.279	1.435

c) **Negociação e intermediação de valores**

	2015	2014
Credores - conta de liquidações pendentes	19.509	23.132
Caixas de registro e liquidação	79.112	52.629
	98.621	75.761

d) **Diversos**

	2015	2014
Provisão para despesas de pessoal	1.376	1.035
Provisão de pagamentos a efetuar	1.385	773
Valores a pagar sociedades ligadas	4	-
Credores diversos - Redução de capital (**)	15.039	-
Credores diversos - outros	1.342	56
	19.146	1.864

Parcelamento de dívida (*)

	2015	2014
IRPJ e CSLL	2.514	3.062

(*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no "Termo de Constatação e Intimação Fiscal", glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebida em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$2.607 e R\$1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 ("Refis"). Transferido de grupo contábil para melhor classificação. (**) De acordo com as Normas do COSIF, a redução de capital deve ser registrada em conta própria do patrimônio em contrapartida de credores diversos, até que o Banco Central do Brasil aprove o Ato Societário que deliberou por tal decisão, conforme nota 11.

11. Patrimônio líquido. Em 31/12/2015 o capital social é de R\$40.039 (R\$40.039 em 2014), e está representado por 40.253.638 ações ordinárias nominativas (40.253.638 ações em 2014), sem valor nominal. Através de Assembleia Geral de Ações Ordinárias de 05/03/2014, foi deliberado o aumento de capital da Corretora no valor de R\$25.039, mediante a emissão de 30.253.638 ações. O referido aumento de capital foi feito através da incorporação de sua controladora Geração Participações S.A. A incorporação foi realizada com base no patrimônio líquido de 31/12/2013 e o prejuízo gerado no período de 01/01/2014 até a data da incorporação foi de R\$1.827. O Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital conforme Ofício 15953/2014-BCB/Deorfi/GTRJA de 6/10/2014. Em 22/12/2015, através de Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a redução do capital da Corretora, por ser considerado excessivo ao seu objeto social no montante de R\$15.039, com cancelamento de 15.120.096 ações. Tal deliberação encontra-se em fase de aprovação pelo Banco Central do Brasil. Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos exercícios findos em 31/12/2015 e 2014, não houve pagamentos de dividendos. **Reserva de lucros.** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria. **Reserva de capital.** A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social,

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Fíndos em 31/12/15 e 2014 e Semestre Findo em 31/12/15 (Valores em MR\$)				
	Capital social	Redução de Reser-		Prejuí- mulados
		capital em vas de aprova-ção	capital	
Saldos em 31/12/2013	15.000	-	127	(6.850)
Aumento de capital por incorporação	25.039	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.846)
Resultado de incorporação Geração Participações S.A.	-	-	-	(1.827)
Reversão de reservas	-	-	(127)	127
Saldos em 31/12/2014	40.039	-	-	(12.396)
Redução de capital	-	(15.039)	-	-
Lucro líquido do exercício</				

encontram-se apenas exposições ao risco de taxa de juros. (i) **Risco de taxa de juros.** A exposição das Companhias ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações das Companhias sujeitas a taxas de juros variáveis. Os montantes envolvidos e indexadores correlatos entre os ativos e passivos financeiros não são relevantes. b) **Risco operacional.** Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional prevê Política, Manuais de Procedimentos e Plano de Continuidade de Negócios. A instituição monitora, identifica e armazena os eventos de perdas em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 3.380, de 2006. c) **Risco de crédito.** O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pelo Manual de Crédito e inclui a análise detalhada de diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para pagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência). O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplimento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera. As garantias para operações de crédito visam a preservação do valor de principal e pagamento dos encargos da operação de crédito e são dimensionadas de forma conservadora considerando situações de ruptura de mercado para o ativo cedido em garantia (liquidação forçada). As provisões de crédito são baseadas na aplicação da Resolução 2682/99 do BACEN. d) **Risco de liquidez.** O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do

conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva. **18. Imposto de renda e contribuição social.** No ano-calendário de 2014, a Corretora não apurou Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **Demonstração da conciliação do imposto de renda e contribuição social**

	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social e participações	3.813	(2.974)
Participação estatutária no lucro	(1.085)	(872)
Lucro antes do IR e CS	2.728	(3.846)
Ativo diferido não constituído sobre diferenças temporárias	152	587
Despesas indedutíveis	189	1.073
Adições	1.028	-
Base de IRPJ e CSLL antes da compensação	4.097	(2.186)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social-limitado a 30%	(1.229)	-
Base de IRPJ e CSLL após compensação	2.868	-
Imposto de renda no resultado	(674)	-
Contribuição social no resultado	(479)	-
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	(1.153)	-

Créditos tributários. A Corretora em 31/12/2015 possui o montante de R\$4.022 (4.065 em 2014) referentes a créditos tributários, sendo sua totalidade referente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Tais ativos não foram constituídos devido ao não atendimento aos requisitos da Resolução 3.059/12 do BACEN. **19. Limites operacionais.** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar. Os limites operacionais são administrados no nível do Controlador Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo ("Banco"). A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio de Referência		
Índice de Basileia	11,78%	16,29%
Índice de Basileia Ampliado	11,77%	16,13%
Limite de imobilização	52.364	47.243
Valor da situação para o limite de imobilização	33.139	58.740
Índice de imobilização	31,64%	62,17%
Margem	19.224	(11.497)
Patrimônio de Referência (PR)	104.728	94.487
	31/12/2015	31/12/2014

	Patrimônio de Referência para comparação c/o RWA	104.728	82.990
Total da parcela RBAN		127	546
Total da parcela RWACPAD (Crédito)		196.801	158.875
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)		494.184	302.670
Total da parcela RWACAM		280.365	197.095
Total da parcela RWAJUR [1]		65.472	19.204
Total da parcela RWAJUR [2]		5.431	9.743
Total da parcela RWAJUR [3]		-	-
Total da parcela RWAJUR [4]		-	1
Total da parcela RWACOM		-	-
Total da parcela RWAACS		142.916	76.627
Total da parcela RWAOPAD		197.814	47.945
RWA total (crédito+mercado+operacional)		888.799	509.490

As resoluções nº 4.192/13 e nº 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares nº 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular nº 3.625/13 para risco operacional. A Corretora optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional. **20. Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa.** Em 22/12/2015, foi deliberada a redução de capital da companhia que se encontra em fase de aprovação junto ao Bacen. Através de Assembleia Geral de Acionistas de 6/03/2014, foi deliberado o aumento de capital da Corretora, com a incorporação reversa de sua controladora Geração Participações S.A., no valor de R\$25.039, mediante a emissão de 30.253.638 ações. Os eventos acima estão descritos na nota 11. **21. Outros assuntos.** Em 26/08/2015, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações da EscolherSeguro Corretora de Seguros S.A. tendo como principais precedentes para a conclusão da operação a aprovação do Banco Central do Brasil, que ocorreu em 08/12/2015, e a consumação do fechamento até 26/08/2016, pelo preço de R\$435 em duas parcelas iguais, atualizadas pelo CDI a partir da data de assinatura até seu efetivo pagamento. Em 14/12/2015, a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. foi constituída com o objetivo de participar no capital de outras sociedades e sua controladora é a Geração Futuro Corretora de Valores S.A.. **22. Eventos subsequentes.** Conforme descrito na nota 10, o valor referente a redução de capital foi devolvido em 19/01/2016. Em 20/01/2016, foi realizado o fechamento do contrato de compra e venda da EscolherSeguro, onde a aquisição foi realizada através da Geração Futuro Seguros e Participações Ltda.

Assinaturas

A Diretoria

Pedro Paulo Braga - Contador
CRC/RJ 061736/O-0 - CPF 567.222.227-72

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Geração Futuro Corretora de Valores S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. em 31/12/2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Rio de Janeiro, 30/03/2016.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Rodrigo De Paula - Contador CRC-1SP224036/O-8

